



Vigilantes querem participar do Governo de Transição

A segurança privada, abrange mais de 3 milhões e 500 mil trabalhadores



A Confederação Nacional dos Vigilantes do Brasil, realizou um encontro, com profissionais de todos os Estados brasileiros, em Salvador, na Bahia, na última semana (dias 24/25). O deputado Chico Vigilante (PT/DF) fez um balanço dos temas debatidos pela categoria. “Nós discutimos e aprovamos uma pauta de ações que vamos implementar, nos próximos quatro anos”.

O parlamentar destacou, “a luta em defesa do estatuto da segurança privada, do piso nacional da categoria de vigilantes, da devolução da aposentadoria especial que “foi roubada, na reforma previdenciária, pelo presidente Jair Bolsonaro”.

Chico Vigilante acentuou que a Confederação Nacional dos Vigilantes se posicionou contrária ao imposto sindical. “No nosso entendimento é fundamental que, cada sindicato tenha capacidade de mobilização de filiação, dos seus participantes, para não depender de impostos sindical”.

“Nós já encaminhamos documento ao presidente Lula pedindo a participação da Confederação Nacional dos Vigilantes no grupo do Governo de Transição”, afirmou Chico Vigilante, acentuando que “queremos estar lá, no grupo de segurança pública. Eles entendem que para a segurança privada, “que abrange mais de 3 milhões e 500 mil trabalhadores é fundamental estar participando desta

discussão”. O parlamentar enfatiza que “segurança pública e segurança privada, tem que andar de mãos dadas, lado a lado, na defesa dos interesse maior da nação”.

Segundo Chico Vigilante, “foi uma conversa bastante produtiva com representantes do Amazonas, do Rio Grande do Sul, do Distrito Federal, do Maranhão, de Pernambuco, do Ceará, enfim, de todos os Estados. Um momento de grandeza da nossa categoria”.

Chico Vigilante que, incorporou Vigilante ao seu próprio nome, destaca que está deputado mas, é vigilante e luta pelo conjunto dos trabalhadores terceirizados.

O 11º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Vigilantes, foi realizado, em Salvador, na Bahia, com as presenças de dirigentes da categoria de todo o país.

Repórter Brasília, Edgar Lisboa

Confira quem tem direito à revisão da vida toda da aposentadoria do INSS

Antes de entrar com uma ação pedindo a incorporação de contribuições do INSS para aumentar o valor da sua aposentadoria confira as regras definidas pelo STF para ter direito. Pagamento é retroativo



No caso específico da lei anti calote, Vigilante lembra a aprovação do direito de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de pedirem a revisão da vida toda, pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), no final da

tarde de quinta-feira (1º), tem algumas regras que devem ser observadas antes dos segurados entrarem com uma ação, para que não seja um desperdício de tempo e dinheiro, já que a correção não será automática e o aposentado

e a aposentada precisarão da ajuda de um advogado e isto tem um custo. Por isso tome cuidado na hora de aceitar os serviços de quem promete que o direito é garantido a todos, não é.

Uma vez aprovada a revisão, o INSS além de corrigir e aumentar o valor pago mensalmente ao beneficiário, deverá também fazer o pagamento retroativo da diferença de todos os meses passados em que o aposentado recebeu a menos. Neste caso, o valor a ser devolvido volta até o máximo de cinco anos antes à data de abertura da ação.

A revisão da vida permite que aposentados peçam a inclusão das contribuições anteriores a julho de 1994, possibilitando um benefício mais justo e maior isonomia entre os segurados que começaram a contribuir antes de 1994 e não tiveram esses recolhimentos incluídos em seu cálculo.

Atualmente a aposentadoria é calculada apenas com as 80% maiores contribuições para o INSS a partir de julho de 1994, já no plano real. Com isso, todas as contribuições antes de 1994 não entram no cálculo, prejudicando quem passou a ganhar menos ou não contribuiu para o INSS depois desse ano.

No entanto, alertam os advogados da LBS que atende a CUT Nacional, a regra só é vantajosa caso o aposentado tenha tido bons salários anteriores a julho de 1994, caso contrário, é perda de tempo.

Também não vale para quem se aposentou a partir de novembro de 2019, pois a reforma Previdenciária do governo de Jair Bolsonaro (PL), mudou as regras do benefício e como essas mudanças estão incluídas na Constituição, o direito à revisão da vida toda só vale para quem se aposentou, ou já tinha direito e não pediu ao INSS, antes da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), ter sido aprovada pelo Congresso Nacional.

Confira as regras

Quem pode receber

Quem se aposentou de 2013 a 2019, antes de novembro, mês da reforma da Previdência, poderá pedir a revisão da vida toda porque o prazo não terá sido prescrito.

- Quem já tinha o direito de se aposentar antes da reforma da Previdência, em 19 de novembro de 2019, mas não pediu o benefício.

- Poderão pedir a revisão da vida toda aposentados por tempo de contribuição, por idade, aposentadoria especial, por invalidez, quem recebeu auxílio-doença ou pensão por morte.

Quem tem não direito:

- Quem se aposentou em 2012 ou antes desta data não vai poder pedir a revisão porque já terá prescrito o prazo de 10 anos.

- Quem não tinha o tempo de contribuição ou idade para se aposentar até essa data, não tem direito a pedir à revisão da vida toda.

Como será feito o novo cálculo

A conta será feita com base nas 80% das maiores contribuições, incluindo aquelas que foram realizadas antes de 1994.

O pagamento será retroativo à data da aposentadoria, mas o valor a ser devolvido é de até o máximo de cinco anos antes à data de abertura da ação.

Quando é vantajoso

Somente quem teve salários mais altos antes de 1994, possuía poucas contribuições antes deste ano ou começou a ganhar menos depois da data, serão beneficiados com um valor maior no benefício. Por isso é importante verificar se suas contribuições ao INSS antes desse ano eram maiores do que as últimas contribuições.

**Com informações do LBS Advogados*

Fonte: cut

Como atuação de bancos públicos poderia ter evitado recorde de inadimplência no Brasil

Serasa registra maior quantidade de empresas inadimplentes no país



A quantidade de empresas inadimplentes no Brasil bateu recorde em 2022. Relatório recente da Serasa Experian mostra crescimento de 8,5% em outubro, na comparação anual, chegando a 6,33 milhões de companhias com operações em atraso. Essa é a maior quantidade já registrada desde o início da série histórica, em 2016.

“Esses números seriam muito menores se houvesse a atuação dos bancos públicos com a oferta de juros a taxas reduzidas, ajudando a gerar emprego e saúde financeira nas

empresas”, avalia o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga pontuando que o aumento da inadimplência também reflete a menor capacidade das famílias de pagar contas, por conta da alta de preços.

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumido (Peic), encomendada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o índice de famílias endividadas no Brasil

chegou a 79,3% em setembro. “O orçamento das famílias de menor renda segue apertado com nível de endividamento alto, bem como os juros elevados, que pioram as despesas financeiras associadas às dívidas em andamento”, destaca trecho do levantamento que observa ainda que 80,3% das famílias que têm renda de até dez salários mínimos estão endividadas – maior patamar já registrado na série histórica da Peic, que teve início em 2010, e a primeira vez com a taxa acima dos 80%.

Papel dos bancos públicos

Fukunaga destaca que, desde 2016, os bancos públicos, especialmente o Banco do Brasil, são cada vez menos utilizados como instrumentos de políticas públicas. “Além de praticar taxas altas na oferta de empréstimos e reduzir a carteira de crédito, se assemelhando aos bancos privados, houve diminuição da atuação nas comunidades distantes, de orçamento voltado para a área social, para a agricultura familiar, para as micro e pequenas empresas, pro micro empreendedor individual, para as cooperativas de produção”, observa.

O coordenador da CEBB lembra que, atualmente, o BB cobra as mais altas taxas de juros no crédito rotativo do cartão de crédito e a segunda maior taxa de juros do financiamento imobiliário entre os cinco maiores bancos do sistema financeiro do país. Neste grupo, o banco também pratica as maiores taxas para financiamento de capital de giro para pessoas jurídicas, a terceira maior taxa para operação de crédito consignado do INSS e de crédito pessoal.

“Esses dados, que estão disponíveis no site do Banco Central, mostram que o BB, que

chegou a ser o grande responsável por tornar o Brasil um dos maiores produtores de alimentos do mundo, foi pioneiro a levar crédito e serviços bancários a todas as regiões do país, inclusive às comunidades periféricas e pequenos centros urbanos, dinamizando a economia local, perdeu sua característica de banco público. Esperamos que isso mude no governo do presidente eleito Lula”, pondera.

Fukunaga lembra que, em 2008, diante da crise mundial, o então governo Lula determinou que Caixa e BB baixassem os juros e ampliassem créditos. “Se não fosse essa atuação dos bancos públicos, que colaborou para manter a dinâmica do mercado interno, o Brasil, provavelmente teria quebrado, como vários países. Isso porque, enquanto os bancos privados se retraíam, diminuindo a injeção de crédito na economia, elevando taxas de juros, os bancos públicos injetaram liquidez na economia brasileira”, explica.

Representantes do funcionalismo dos bancos públicos Caixa e Banco do Brasil entregaram à equipe de transição do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva documentos, onde solicitam o fortalecimento do papel das empresas como indutoras do desenvolvimento do país. “Nossa expectativa é que, a partir de 2023, junto à valorização do BB e dos demais bancos públicos, ocorra o aumento de funcionários, impactando inclusive na realidade dos trabalhadores do banco, submetidos a sobrecarga de trabalho por causa do enxugamento de postos”, completa Fukunaga.

FONTE: CONTRAF

Senado abre consulta pública sobre a PEC da Transição de Lula. Vote!



CUT – Foi aberta no portal do Senado uma consulta pública para saber a opinião dos brasileiros sobre a Proposta de Emenda à Constituição 32/2022, a PEC da Transição, elaborada pela equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em conjunto com senadores, já protocolada na Casa na segunda-feira (28).

O principal da PEC é garantir recursos para o pagamento do Bolsa Família, no valor de R\$ 600 a partir de 2023, além de um aumento real para o salário mínimo e benefício de R\$ 150 para mães com filhos de até 6 anos. A PEC é necessária já que o governo de Jair Bolsonaro (PL), derrotado nas eleições, destinou no Orçamento de 2023, recursos para benefícios de apenas R\$ 405,00, além de cortes em várias áreas sociais.

Como votar

Para a sociedade manifestar sua opinião – se apoia ou não a proposição – é preciso acessar o portal pelo link da Consulta Pública referente ao tema. No entanto, para concluir a votação é preciso fazer login no sistema E-Cidadania do Senado para garantir a lisura do voto e para que ninguém possa votar duas vezes. Saiba como fazer:

No computador ou celular, ao acessar a Consulta Pública (clique aqui) abaixo do texto de apresentação com os autores da PEC, clique na opção desejada (SIM ou NÃO). Uma tela de confirmação se abrirá.

Ao clicar em confirmar, o site do Senado informará que é necessário se autenticar para completar a votação e perguntar: “Deseja realizar o login?”.

Clique em OK.

Você terá a opção de entrar com sua conta no Google ou, casos já seja cadastrado no sistema do Senado, entrar com seu login (email) e senha.

No próximo passo, uma tela se abrirá perguntando em que Unidade da Federal você está. Selecione seu estado e clique em ok. Você estará no ambiente da ferramenta E-Cidadania do Senado.

Clique em “Comece a Navegar”

Ao rolar a página para baixo, você verá, destacada em azul a seção Consulta Pública. A primeira listada é a PEC 32.

Clique sobre ela e então confirme seu voto, clicando na sua opção. Ao escolher sua opção, novamente a tela de confirmação será exibida. Ao clicar em OK, uma mensagem com a confirmação aparecerá em sua tela.

Pronto! Você votou.

A PEC

Para o Bolsa Família seja corrigido e atenda às famílias em situação de pobreza no período de 2023 a 2026 é necessário um montante de R\$ 175 bilhões, fora do teto de gastos determinado pela Emenda Constitucional 95, aprovada em 2017 pelo governo do ilegítimo Michel Temer (MDB), que congelou gastos públicos por 20 anos.

A PEC para garantir o Bolsa Família começará a tramitar no Senado pela Comissão de Constituição e Justiça e seguirá ao plenário. Se for aprovada, será enviada à Câmara. Para ser promulgada, precisa ser aprovada em dois turnos em cada Casa, com três quintos dos votos. Ou seja, 308 na Câmara e 49 no Senado.

Foto: Roque Sá / Agência Senado
Fonte: André Accarini – CUT Brasil

Bolsonaro entrega a Lula apagão na máquina pública

Bolsonaro deixa o país com apenas R\$ 2,4 bilhões para custear despesas discricionárias e pode não conseguir pagar integralmente a folha de dezembro do INSS



O 247 - Jair Bolsonaro (PL) chega ao fim de seu mandato deixando o país sob o risco de não conseguir bancar aposentadorias. Ele entregará ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), um cenário de iminente apagão da máquina pública.

“Os problemas orçamentários, com impactos sobre o cotidiano da população, são o retrato de um desfecho dramático para o atual governo, que pode se ver obrigado a pegar carona na PEC (proposta de emenda à Constituição) do adversário para furar mais uma vez o teto de gastos e conseguir pagar as contas”, diz reportagem da Folha de S. Paulo.

Diante do bloqueio de verbas para não estourar o limite de despesas, a administração federal tem somente R\$ 2,4 bilhões “para custear

todas as despesas discricionárias dos órgãos, o que inclui compra de materiais e pagamento de contratos. Áreas como Saúde, Educação, Meio Ambiente e Justiça estão estranguladas, e algumas atividades estão sendo paralisadas”.

Pode não haver dinheiro nem para pagar integralmente a folha de dezembro do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social). A Casa Civil fez ao TCU (Tribunal de Contas da União) uma consulta sobre a possibilidade de editar uma MP (medida provisória) de crédito extraordinário, que autoriza gastos fora do teto. A outra opção é incluir na PEC da Transição de Lula um dispositivo que permita a Bolsonaro exceder os limites de despesas ao fim de 2022.

Fonte:247

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF